

OBRIGATORIEDADE DO ENSINO SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA E O ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: AS PESQUISAS ACADÊMICAS NAS EDIÇÕES DO EREBIO REGIONAL II

Beatriz Silva de Souza ¹
Anatalia Kutianski Gonzalez Vieira ²

INTRODUÇÃO

A lei 10.639/03, que dispõem sobre a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito escolar, foi fruto de muitas lutas e reivindicações do movimento negro no Brasil. Esta lei foi alterada anos mais tarde, em 2008, pela lei 11.645 que incluiu a abordagem obrigatória da Cultura e História Indígena na sala de aula.

Tais leis conferem um grande desafio aos professores, principalmente aos professores de Ciências da Natureza, pois a temática étnico-racial é mais amplamente abordado na escola em eventos específicos, como no dia da Consciência Negra (MUELLER, 2014) e no dia do Índio (Koeppel *et al*, 2014) tendo aplicabilidade restrita nas aulas de História, Artes e Sociologia quando por muitas vezes reforçando ideias racistas a respeito desses povos.

A lei 10.639/03 aponta a necessidade da formação inicial e continuada de professores para aplicabilidade da lei, bem como políticas públicas e produção de um currículo escolar que aborde temáticas étnico-raciais (MEC, 2008). Essa necessidade vem sendo apontada há anos pelo movimento negro, pois se sabe que do ponto de vista genético negros e brancos não apresentam diferenças porém, ao longo da história, culturalmente foram construídas diferenças que embasaram relações de poder entre os povos (GOMES, 2003).

A escola é um recorte da sociedade e acaba por reproduzir essas diferenças construídas culturalmente em sua prática de ensino, mas é exatamente por ter essa característica que a sala de aula pode ser um elemento importante de superação do racismo (GOMES, 2003) e construção de uma educação antirracista (JÚNIOR, 2008).

As pesquisas referentes ao tema vêm crescendo nos últimos anos, mas ainda são incipientes principalmente quando estas abarcam a formação do professor de Ensino de Ciências e Biologia. A respeito do conhecimento dos professores de Ensino de Ciências da existência da Lei Federal 10.639/03 muitos professores além de desconhecerem a lei, nunca tiveram contato com a mesma em sua formação docente (NOVAIS *et al*, 2012), o que pode impossibilitar sua implementação.

Este trabalho objetiva trazer as pesquisas já realizadas por professores de Ciências e Biologia em relação ao tema e ajudar a entender de que forma esses profissionais se debruçam sobre ele.

METODOLOGIA

¹Graduanda pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, beatrizsouza15@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, anatuertj@hotmail.com.

A metodologia “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” se configura como uma pesquisa que traz levantamentos e análises sobre produções a respeito de um determinado tema.

Por meio de tal metodologia, foram utilizados descritores para pesquisa de trabalhos publicados em eventos de Ensino de Biologia que contemplem o tema de Ensino de Biologia voltado para Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em resposta a lei 10.639/03. Os descritores utilizados foram: Lei 10.639/03; Lei 11.645/08; Cultura Afro-brasileira; História Afro-brasileira; Cultura Indígena; povos indígenas; cultura negra; grupos étnicos; educação antirracista; Cultura africana; quilombola; raça; questões étnico-raciais, povos tradicionais e saberes tradicionais.

Os trabalhos utilizados foram selecionados a partir dos anais do Encontro Regional de Ensino de Biologia (EREBIO) de quando estes apresentavam um dos descritores em seu texto ou mesmo que não apresentassem tais descritores, estivessem no mesmo campo semântico ou grupo lexical. O EREBIO é um evento promovido pela SBEnBio que segundo Pinho e Bastos (2019)

atua não somente na promoção de eventos acadêmicos, mas também se propõe a atuar como fórum de debate entre profissionais ligadas ao ensino de Biologia, discutir a formulação, execução e avaliação de políticas públicas de educação e apoiar e promover a formação continuada dos profissionais que atuam no ensino de Ciências Naturais e Biologia.

A seleção dos artigos envolveu não só a busca pelos descritores, mas também sua triagem em artigos que, além de apresentarem os descritores, estivessem relacionando com a prática docente de profissionais de Biologia e Ciências junto à abordagem da temática étnico-racial em sala de aula. Quando selecionados, os artigos foram organizados em uma tabela descrevendo seus autores, título, local (núcleo de pesquisa), abordagem, evento encontrado e região do Brasil ao qual pertencia os pesquisadores. Tal descrição é importante para evidenciarmos quais temas são foco das pesquisas acadêmicas e quais grupos de pesquisas estão abordando determinado tema, além de demonstrar qual tem sido o foco das pesquisas atuais e quais são as perspectivas futuras.

A primeira lei federal que buscou abordagem da temática racial e a contribuição de povos africanos na construção do Brasil, lei nº 10.639, só foi aprovada em 2003, porém foi analisada a primeira edição do EREBIO que ocorreu antes da aprovação da lei, em 2001, no intuito de realizar uma comparação e verificar se a aprovação da lei contribuiu para uma crescente na abordagem do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre as nove edições do EREBIO analisadas (2001 a 2017), foram encontrados os quantitativos de somente vinte e cinco trabalhos de apresentação oral, exposição de material didático ou em exposição em pôster que continham pelo menos um dos descritores.

A primeira edição, de 2001, trouxe um trabalho que abordava multiculturalismo, mostrando que, antes mesmo de a lei 10.639/03 ser aprovada, já era uma preocupação dos profissionais de educação e uma luta do movimento negro a existência de uma educação que considerasse formas de ver o mundo e produzir conhecimento historicamente invisíveis.

A terceira edição do EREBIO, que ocorreu em 2003 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) publicou o Anais juntamente com a primeira edição do Encontro Nacional de Ensino de Biologia e não trouxe separação dos trabalhos enviados, mas

mesmo com essa junção, neste anais não foram encontrados trabalhos sobre a temática, bem como no EREBIO VI.

A quinta edição do evento trouxe quatro trabalhos (16%) sobre a temática, enquanto a quarta edição trouxe apenas três trabalhos (12%). O EREBIO I, como já mencionado anteriormente, e a segunda do evento trouxeram apenas um.

A sétima edição, que ocorreu em 2015 na Universidade Federal Fluminense (Niterói - RJ), trouxe onze pesquisas (44%), sendo então, a edição do EREBIO que mais teve trabalhos submetidos relacionados a questões étnico-raciais, seguida da oitava edição que trouxe cinco trabalhos (20%). Esse alto número na edição de 2015 pode ter sido estimulado pelo título do evento que foi “Tecendo laços docentes entre Ciências e Culturas” demonstrando uma possível preocupação dos próprios organizadores do evento em tratar essa relação das Ciências com as questões de múltiplas culturas. Entretanto, grande parte das produções foram submetidas por profissionais da Universidade Federal de Lavras (UFLA), sendo então produções de outra regional.

A imensa maioria dos trabalhos focaram em abordar plantas medicinais e saberes populares, seguido da diferenciação do conceito de raça para a espécie humana e o conceito biológico de raça. É importante salientar que nem todos os trabalhos tratavam sobre a prática docente na construção de uma educação antirracista, mas alguns apenas reforçaram a existência de um pluralismo epistemológico e a contribuição de saberes tradicionais para a ciência.

Dentre as universidades que mais trouxeram trabalhos destacam-se a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), demonstrando que apesar de o evento no Regional II englobar Rio de Janeiro e Espírito Santo, o Rio de Janeiro se destaca em número de produções, porém é importante colocar que a grande maioria das edições do evento ocorreu no Rio de Janeiro, o que facilita o acesso de grupos de pesquisa desse Estado para apresentação de seus trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o Encontro Regional de Ensino de Biologia trazer bons trabalhos sobre relações étnico-raciais e sua abordagem nas aulas de Ciências e Biologia, o número de trabalhos ainda é muito baixo considerando a quantidade de trabalhos que esse evento traz como um todo. Isso talvez se explica pelo fato de muitos professores não terem conhecimento da existência da lei (NOVAIS et al, 2012) possivelmente por falta da abordagem nos currículos da educação básica, e até mesmo, nas grades curriculares do ensino superior que, quando trazem a temática, a abordam se dá nas disciplinas optativas/eletivas.

Essa reflexão também é importante para que possamos discutir sobre o racismo institucional e a sua contribuição para a escolha dos assuntos que vão ou não fazer parte do currículo e as políticas públicas que vão amparar determinado grupo (Oliveira, 2018)

O presente trabalho traz resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “As pesquisas acadêmicas brasileiras e a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena no Ensino de Ciências e Biologia” que visa realizar uma análise quanti-qualitativa das produções que ocorreram em eventos acadêmicos voltados para Ensino de Ciências e Biologia em âmbito nacional com o objetivo de demonstrar qual tem sido o foco das pesquisas atuais sobre a temática e a partir daí servir de base para novas pesquisas em torno das lacunas que forem evidenciadas, além de catalogar trabalhos existentes para ajudar profissionais que queiram trabalhar com a temática em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BASTOS, F.; PINHO, R. Sentidos da Sexualidade nos anais dos Encontros Nacionais de Ensino de Biologia (2005-2016) Ensino Em Revista p.82-99, 2019

CLEISE, H. B. K; REGINA, M. R. B; REGIS, A. L. O Ensino de Ciências como ferramenta pedagógica de reconstrução das representações escolares sobre os povos indígenas. Revista Ensaio, v.16, n.01, p. 115-130, 2014.

GOMES, N. L. Cultura Negra e Educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, 2003.

JUNIOR, W. E. F. Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. Ciência & Educação, Bauru, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003, 2008.

MUELLER, P. H. Inserção da História e Cultura Afro-brasileira no Ensino de Biologia. 2014.

NOVAIS, G.S.; FILHO, G.S.; MOREIRA, P.F.S.D; Concepções de professores de Ensino de Ciências do Ensino Fundamental e médio a respeito da Lei Federal 10.639/03. Ensino Em Revista, v. 19, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, M V. Escola Indígena no Estado do Rio de Janeiro: Políticas Públicas e Racismo Institucional. Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.